

## Algumas Questões sobre o Princípio Regulador

*John M. Frame*

Que fique claro desde o princípio que minhas “questões” a respeito do princípio regulador reformado para o culto público não emergem de dúvidas sobre o que considero ser seu ponto principal. Como há muitos anos, eu ainda continuo convicto que o culto deve ser escriturístico (i.e., consistente com as Escrituras) e, de fato, *limitado* pelas Escrituras. Pois quem dentre nós pode confiantemente dizer como Deus deseja ser adorado a não ser até o ponto em que ele nos ordenou nas Escrituras? Se existem princípios de culto a serem achados na natureza, esses não podem ser entendidos corretamente exceto através dos “óculos” das Escrituras; pois quando tentamos raciocinar sem elas, o pecado distorce nossa visão. E as Escrituras de pronto condenam aqueles que caminham segundo “as vãs imaginações de seus próprios corações” (Jr 3.17; 7.24; etc.)

Não obstante, uma coisa é afirmar a suficiência das Escrituras para o culto, outra coisa é elaborar uma exposição teológica dele que seja irrefutável. E na tentativa de desenvolver uma tal exposição, deparo-me com algumas questões que, ou sou incapaz de responder corretamente ou que exigem mudanças em algumas tradicionais formas de compreender o princípio. Desse modo, eu os coloco na mesa para discussão; espero aprender de meus leitores.

### 1. O que o Princípio Diz

Para começar, concordemos quanto ao sentido do princípio regulador como recebido dos padrões secundários presbiterianos. A formulação definitiva é essa:

Mas o modo aceitável de adorar o verdadeiro Deus é instituído por ele mesmo e tão limitado pela sua vontade revelada, que não deve ser adorado segundo as imaginações e invenções dos homens ou sugestões de Satanás nem sob qualquer representação visível ou de qualquer outro modo não prescrito nas Santas Escrituras.<sup>1</sup>

A palavra chave aqui é “prescrito”. Os liturgistas católico-romanos e luteranos concordarão que nossas práticas cúlticas devem ser escriturísticas no sentido de não *contradizerem* a Bíblia. Aqui a tradição presbiteriano-reformada insiste em um padrão mais estrito: um *mandamento* bíblico é necessário para qualquer coisa que incluamos no culto. Daí a popular formulação: “tudo o que não é ordenado é proibido”. O congênere luterano ou católico seria “tudo o que não é proibido é permitido”. Para posterior referência, rotularei o princípio reformado “PR1” e o princípio luterano-católico “PR2”.

Uma seção anterior da mesma confissão adiciona outro elemento ao tradicional entendimento de PR1: “Só Deus é senhor da consciência, e ele deixou livre das doutrinas e mandamentos humanos que em qualquer coisa, sejam contrários à sua palavra ou que, em matéria de fé ou de culto estejam fora dela”.<sup>2</sup> Pelo que tem sido denominado um “ponto e vírgula eloquente” [no original inglês], a confissão nesse ponto traça uma distinção entre a suficiência da palavra de Deus para a fé e o culto e sua suficiência para o restante da vida humana. Em linhas gerais, é isto: no curso geral da vida humana, estamos sujeitos somente às Escrituras como nossa autoridade *máxima*. E quando autoridades inferiores nos mandam fazer, dizer ou crer em algo contrário a elas, temos o direito de recusar. Porém, em matérias de fé e culto, nossa liberdade das doutrinas humanas é maior ainda. Em tais áreas, estamos livres para rejeitar não somente o que é contrário às Escrituras, mas também o que provém de fora delas.<sup>3</sup> Poderíamos colocar o argumento desta maneira: na maioria das áreas da

<sup>1</sup> *Confissão de Fé de Westminster* (doravante *CFW*), 21.1.

<sup>2</sup> *CFW*, 20.2.

<sup>3</sup> Estamos livres também para *aceitar* o que vem de fora das Escrituras? Não, segundo 21.1, discutido acima.

vida, podemos adotar o princípio que “tudo o que não é proibido é permitido”; porém, em fé e culto devemos adotar o princípio mais estrito de que “tudo o que não é ordenado é proibido”. Com efeito, a confissão nos diz para seguir algo como PR2 na maioria das decisões da vida, mas para seguir PR1 em matérias de fé e culto.

## 2. Algumas Ressalvas

(1) Caso alguém suponha que PR1 requer uma ordem explícita para cada elemento de culto, localizável em algum texto prova, *CFW* 1.6 mostra que não é esse o caso: “Todo o conselho de Deus concernente a todas as coisas necessárias para a glória dele e para a salvação, fé e vida do homem, ou é expressamente declarado na Escritura ou pode ser lógica e claramente deduzido dela.”

A legitimidade de algum proposto elemento de culto, portanto, pode ser comprovada mediante “boa e necessária consequência”, isto é, por dedução lógica das premissas escriturísticas. Ele pode ser inferido do ensinamento implícito das Escrituras tanto quanto do ensinamento explícito delas.

(2) Outra ressalva aparece ainda em 1.6: “e que há algumas circunstâncias, quanto ao culto de Deus e ao governo da Igreja, comum às ações e sociedades humanas, as quais têm de ser ordenadas pela luz da natureza e pela prudência cristã, segundo as regras gerais da palavra, que sempre devem ser observadas”. “Circunstâncias”, comumente distinguidas dos “elementos” de culto”, incluiriam o tempo e o local de culto, o uso de um prédio, o uso de bancos etc. Essa ressalva é mais significativa que a primeira, penso eu, já que afrouxa um pouco a óbvia força do princípio original. Percebemos agora que PR1 somente diz respeito aos elementos de culto, não às circunstâncias. Essas são descobertas por alguma coisa mais parecida com PR2.

(3) Deve se fazer ainda outra ressalva, creio eu, a qual, embora não explicitamente formulada nas confissões reformadas, tem sido forçosamente observada na prática reformada de culto desde seu início. Eu a descrevo como a ressalva do “modo”. Tal ressalva se refere aos “elementos”, não às “circunstâncias”, de sorte que não é equivalente à distinção supra em minha opinião, ainda que algumas questões possam se originar daqui. Se alguns acham que essa ressalva é a mesma coisa que a última, não farei protesto muito vigoroso. O que é importante é que reconheçamos tal ressalva como legítima, seja ela ou não independente da ressalva da “circunstância”.

A ressalva modal é simplesmente esta: a de que, apesar de as Escrituras prescreverem os elementos de culto, ele nem sempre descreve em detalhe *como* tais elementos devem ser levados a efeito. Pregador é um elemento de culto, digamos; porém, as Escrituras não especificam quantos sermões têm que haver em um serviço de culto, se deve haver apenas um ou vários pregadores, em que altura ou suavidade de voz se deve pregar, que texto um pregador deve utilizar em uma ocasião particular etc.

## 3. Algumas Questões Preliminares

A adição dessas três ressalvas a PR1 leva a algumas questões iniciais.

(1) A primeira ressalva enfraquece um pouco a força do termo “ordem”. Não é como se Deus nos houvesse dado um documento com uma lista de mandamentos no tocante ao culto, digamos, numerados 1-75, e pudéssemos simplesmente olhar a lista para resolver quaisquer questões que pudéssemos ter acerca da adoração. Caso uma tal lista estivesse disponível, poderíamos simplesmente consultar na lista qualquer prática discutida; estando ordenada por qualquer uma das 75 ordenanças, então a faríamos; caso contrário, não.<sup>4</sup> Antes, para determinar as

<sup>4</sup> Naturalmente, existiriam problemas hermenêuticos, sem dúvida, mesmo se uma tal lista estivesse disponível, uma

“prescrições” de Deus, temos que fazer exegese, deduzir, analisar a força dos exemplos bíblicos, determinar as relações entre os mandamentos no AT e aqueles no NT etc. Ora, não sou cético o suficiente para negar que o conteúdo normativo possa ser inferido dessa maneira. Com efeito, tal é a forma com que toda teologia procede. Ao mesmo tempo, não devemos presumir que PR1 torna simples determinar a vontade de Deus para o culto. Há muitas matérias que são passíveis de debate. Nem é como ler os Dez Mandamentos. Muito do que as Escrituras dizem sobre o culto está nas entrelinhas.

(2) A segunda ressalva igualmente injeta controvérsia em nossa discussão; pois com certeza é possível discordar sobre onde tal linha deve ser traçada entre elementos e circunstâncias. Alguns poderiam, de fato, defender o uso de um órgão como uma “circunstância”, já que é “comum às ações e sociedades humanas” utilizar instrumento para manter os cantores no tom. Outros rejeitariam tal argumento. Eu tenho estado em congregações da Igreja Presbiteriana Reformada da América do Norte (Pactuária) a qual rejeita pianos e órgãos com base em PR1, mas que usa flautas doces (como uma “circunstância”) para iniciar a cada um na mesma nota. Pergunto então se é permissível tocar a primeira nota em um instrumento para ajudar o povo a cantá-la direito, por que não também a segunda nota? E por que não a terceira? Se é permissível usar um instrumento para mostrar a altura do soprano, por que não também o alto, o tenor e o baixo? (A maioria dos pactuários que conheço adoram entoar vozes sinfônicas.) Tal lógica, penso eu, leva ao uso de pianos e órgãos como circunstâncias do culto. Porém, certamente muitos contestariam isso.

(3) A terceira ressalva também levanta algumas questões. Por exemplo, alguns de concepções pactuárias acham importante argumentar (ou no mínimo sustentar) que o cântico não é uma mera circunstância, mas um elemento de culto.<sup>5</sup> Se o cântico é um elemento, então ele cai em PR1, e devemos descobrir mandamentos para nos dizer quais palavras devemos cantar no culto. Porém, é possível que o cântico não seja um elemento nem uma circunstância, mas um jeito (“modo”) de fazer outras coisas? Eu, pelo menos, julgo que é provável. O cântico não tem funções exclusivas e independentes no culto bíblico; antes, é um *jeito* de ensinar, um *jeito* de ensinar, um *jeito* de louvar e assim por diante. Os “elementos” são oração, ensino, louvor, não cântico como tal. E por isso, quando queremos saber o que podemos cantar, não perguntamos “o que Deus nos ordena a cantar?”, mas antes “o que Deus nos ordena a fazer em oração, louvor, ensino etc.?” Indubitavelmente os pactuários discordarão desse argumento. Porém, demonstrar como ele está errado, se está errado, requererá algum nível de refinamento teológico. Com certeza ele não está *obviamente* errado.

Penso eu que PR1 tem sido algumas vezes reputado como um procedimento *simples* para determinar o que pode ser feito no culto. Todavia, as três ressalvas que normalmente se fazem no ensino e prática reformados nos mostram que PR1 na realidade não é mais fácil de se aplicar do que qualquer outro princípio teológico; com efeito, uma vez que as ressalvas relevantes forem feitas, só com substancial dificuldade PR1 pode ser aplicado.

Confesso que acho difícil entender por que Deus, caso quisesse formular um princípio governante do culto nitidamente distinto de seu princípio para governar a vida ordinária, não nos deu algo como um “livro de mandamentos” para o culto, como o livro dos 75 na ilustração anterior, algo como o “manual da adoração pública” publicado por várias denominações. Ao contrário, parece que devemos determinar a vontade de Deus para o culto pelos mesmos métodos

---

vez que a lista mesma requereria “exegese”. Porém, mesmo se problemas de tal sorte pudessem ser minimizados, na verdade não possuímos uma semelhante lista.

5 John Murray e William Young, defendendo o uso exclusivo dos Salmos no culto, afirma enfaticamente, mas sem argumento, que o cântico é um elemento de culto distinto da oração. Veja o relatório com a posição minoritária deles no Committee on Song in Public Worship [Comitê sobre Cântico na Adoração Pública], *Minutes of the Fourteenth General Assembly [Minutas da Décima-Quarta Assembleia Geral]*, Orthodox Presbyterian Church [Igreja Presbiteriana Ortodoxa] (maio de 1947) 58s.

hermeneuticamente problemáticos pelos quais buscamos descobrir a vontade de Deus em outras áreas da vida.

Isso não é, propriamente, um argumento contra a adoção de PR1; é somente, como eu disse, um sentimento de inquietação. Deus tem suas razões, e meu fracasso em compreendê-las nesse ponto é uma repreensão a mim, não a PR1. O fato de que carecemos fazer exegese não deprecia a autoridade das Escrituras em outras áreas da vida, e decerto não a deprecia no culto também. Porém, o desassossego persiste em minha mente, e me leva a levantar algumas outras questões.

#### 4. O Culto é Governado por um Princípio Diferente Daquele Que Governa o Resto da Vida Humana?

Da minha expressada inquietação com PR1, e do título desta seção, o leitor poderia supor que neste ponto eu quero tentar demonstrar que tanto o culto quanto o restante da vida estão apropriadamente sob o governo de PR2 e não de PR1. Bem o contrário! Na verdade, o que pretendo fazer é colocar *todas* as áreas da vida humana, incluindo “fé e culto”, sob PR1!

Há, temos que admitir, uma tradição na ética reformada em que as decisões cotidianas do fiel são governadas por algo como PR2. Quando vou ao armazém comprar couve, não há ordem bíblica alguma me dizendo qual couve comprar. Segundo a tradição há pouco mencionada, o fato relevante na situação é que as Escrituras não me *proíbem* comprar qualquer couve de que eu goste. Então eu posso comprar uma em particular porque “tudo o que não está proibido é permitido”, PR2. Ouvi esse tipo de argumento feito mesmo no tocante a questões sérias como aborto: as Escrituras não o *proíbem*, destarte, é parte da *adiaphora*, moralmente indiferente. Estamos livres para fazê-lo ou não fazê-lo.

Entretanto, acredito que tal tradição labora em sério erro. Julgo eu que aplicá-la ao aborto é quase uma *reductio ad absurdum*. Penso ser evidente que, apesar de não haver nenhuma proibição específica do aborto na Bíblia, semelhante proibição pode ser deduzida por boa e necessária consequência dos princípios mais amplos da Escritura com respeito à vida humana.<sup>6</sup> Tal consideração em si própria, naturalmente, refuta a ideia de que o aborto seja *adiaphoron*, mas isso não refuta a aplicação da teoria em questão a outras matérias, tal como comprar couve. Porém, a reflexão sobre o aborto traz à nossa atenção a necessidade de considerar, em toda decisão humana, “princípios escriturísticos mais amplos”. E seguramente precisamos considerá-los em todo tempo, mesmo quando compramos couve.

Comprar couve é realmente *adiaphoron*, moralmente indiferente? Eu diria que não. Comprar couve, como todas as ações humanas, é matéria de preocupação para Deus. Ele diz, “quer comais quer bebais, ou façais outra qualquer coisa, fazei tudo para glória de Deus” (1Co 10.31). Essa ordem, como aqueles em Rm 14.23, Cl 3.17, 24 e alhures, é absolutamente genérica. Ela cobre todas as atividades humanas, inclusive comprar couve. Se compramos couve para a glória de Deus, ele fica agradao; caso contrário, ele não fica. O ato não é moralmente indiferente ou neutro; ele é ou bom ou mau, dependendo de sua meta e motivo. Portanto, em um sentido importante, não há nenhuma *adiaphora*; não há nenhum ato humano que seja moralmente neutro.<sup>7</sup> Todo ato humano

6 Estou falando aqui do processo de “aplicação”, descrito em maiores detalhes em meu livro *Doctrine of the Knowledge of God* (Phillipsburg, NJ: Presbyterian and Reformed, 1987). A própria possibilidade da ética cristã exige que estejamos aptos a *aplicar* princípios bíblicos a assuntos que não são explicitamente citados nas Escrituras: aborto, guerra nuclear, fertilização *in vitro* etc. Se a aplicação nesse sentido não é parte da “boa e necessária consequência”, é duvidoso que possamos *usar* a Bíblia absolutamente como uma regra para a vida humana. Pois qualquer uso da Bíblia envolve aplicação nesse sentido, ao menos até o ponto em que retraduzimos a Bíblia em nossa própria linguagem e mentalizações (*thought forms*).

7 Com certeza é possível empregar o termo *adiaphora* em modos legítimos, e.g., para ações que dependem de circunstâncias para sua justiça ou injustiça. Prefiro não usá-lo mesmo em tais casos, porque a palavra me parece

ou é certo ou errado, ou agradável ou desagradável a Deus.

Isso significa que todas as ações humanas são governadas por mandamentos divinos. Não há área neutra onde Deus nos permita ser nossos próprios legisladores. Não há área da vida humana onde Deus abdique de seu governo, ou onde sua palavra para nós seja silente. Que lei governa a compra de couve? Bem, 1Co 10.31 pelo menos, para não dizer princípios bíblicos mais estritos que exigem que os pais deem de comer a seus filhos, tomem precauções quanto a saúde de si mesmos e de outros etc. Ações de acordo com tais princípios bíblicos estão certas, ações em desacordo com elas estão erradas. Não se trata de questão de meramente evitar proibições explícitas; antes, trata-se de questão de guardar os mandamentos de Deus.

E assim eu concluiria que toda vida humana está debaixo de PR1, e PR2 não desempenha papel nenhum na ética bíblica.<sup>8</sup> Em toda ação, estamos ou obedecendo ou desobedecendo a um mandamento bíblico.

Isso significa que Deus me manda comprar uma couve específica no armazém? Não. Deus me ordena a glorificá-lo etc., e comprar a couve é um “modo”, um “jeito” de cumprir tal mandamento. Posso talvez tê-lo cumprido de muitos outros jeitos. Estrito como é, PR1 permite, tanto no culto (como vimos) quanto no restante da vida, alguma liberdade de aplicação. Aqui novamente, não há diferença real entre o culto e o restante da vida. Em ambos os casos, as três ressalvas listadas anteriormente devem ser levadas em conta: (a) determinamos nossas responsabilidades não somente baseados em textos de prova explícitos, mas baseados ainda em “boa e necessária consequência”; (b) há algumas “circunstâncias” não especificamente mencionadas nas Escrituras, as quais buscamos dispor sabiamente, conforme os princípios mais amplos da palavra; e (c) as Escrituras nos concedem muita (conquanto não ilimitada) liberdade quanto aos *jeitos* com que executamos os mandamentos divinos.

Assim, tanto na adoração quanto no restante da vida, devemos adotar PR1: “Tudo o que não é ordenado é proibido”. Todas as vezes em que não estivermos executando (aplicando corretamente) um mandamento bíblico, estaremos cometendo pecado (cf. Rm 14.23).

Dizer isso é dizer que o “eloquente ponto-e-vírgula” da CFW 20.2 no original está colocado no lugar errado. Digo isso, não porque creio que a passagem seja por demais estrita em sua visão do culto, mas porque creio que ela não é estrita o bastante em sua concepção de como os mandamentos se aplicam à vida cotidiana. Certamente, em outra parte dos padrões de Westminster, particularmente CFW 1.6, o qual citamos, há uma ideia muito forte sobre a suficiência da Escritura para tudo da vida.

1.6, então, contradiz 20.2? Acho que sim, porque os escritores de 20.2, evidentemente, não refletiram sobre o conceito de aplicação tal como tentamos expor acima. O parágrafo 20.2 nos diz que estamos livres (na vida cotidiana) dos mandamentos dos homens que sejam contrários às Escrituras, e que, ademais, estamos livres (nas áreas de fé e culto) de quaisquer mandamentos *fora* da Escritura. Contudo, em um sentido, sempre estamos livres de mandamentos fora das Escrituras, não apenas em “fé” e “culto”. Só as Escrituras constituem nossa regra suprema, em todas as áreas da vida. Naturalmente, as próprias Escrituras nos chamam à sujeição às autoridades inferiores (aliás, no culto e alhures, nesses dois); mas, quando essas nos dão ordens contrárias à vontade de Deus, podemos e devemos desobedecê-las. E quando elas nos mandam fazer alguma coisa “fora” das Escrituras, então não podemos aceitá-la como algo *definitivamente* impositivo. Se alguém alega dar

---

sempre conotar neutralidade moral. Porém, não estou interessado em disputar sobre palavras. Minha preocupação é enfatizar que, considerado concretamente, todo ato humano ou é certo ou errado, ou agradável ou desagradável a Deus.

8 Certamente, às vezes a falta de uma proibição é significativa na determinação da natureza de nossa responsabilidade positiva. O fato de que as Escrituras não me proíbem de comprar *esta* couve quer dizer, no contexto mais amplo, que comprar *esta* couve é um meio apropriado de cumprir os mandamentos mais amplos das Escrituras.

mandamentos de força e autoridade iguais às das Escrituras, temos que negar tais pretensões. Estamos “livres” delas — tanto no culto quanto na vida em geral.

Decerto posso endossar o que 20.2 realmente diz, a saber, que estamos livres de mandamentos contrários às Escrituras em toda área da vida e livres de mandamentos no culto fora delas. Porém, quero ir mais além do que a confissão vai aqui asseverando nossa liberdade da revelação extrabíblica (seguindo a indicação do próprio ensino da Confissão em 1.6). Assim, apesar de rejeitar o ponto-e-vírgula original e o pensamento por trás dele, eu não acredito que esteja infringindo o sistema de doutrina ensinado na confissão.

A lição maior que devemos aprender dessa discussão é que é muito difícil, em geral, separar a “vida” do “culto” em um arcabouço bíblico. Com efeito, a linguagem do culto é amiúde utilizada nas Escrituras em um sentido amplo para indicar pureza ética geral. Veja, por exemplo, Rm 12.1,2; Tg 1.26s. Pode-se distinguir entre culto em um sentido estrito (“cúltico”) e culto em um sentido mais amplo (“ético”), porém, com certeza esses estão mui estreitamente relacionados. Decerto é improvável que eles estejam sujeitos a formas de regulação divina radicalmente diferentes.

## 5. Não Há, Pois, Nada Singular Com Respeito ao Culto?

Todavia, mas precisa ser dito, pois ainda não exploramos os dados bíblicos usualmente sugeridos em apoio da tradicional forma de compreender o princípio regulador.

Tais dados incluem (1) passagens que indicam a profundidade da preocupação de Deus no tocante à violação de seus mandamentos para o culto. Sob tal categoria eu incluiria Nm 16.1-40, a rebelião de Coré e de outros que negavam o especial papel mediador de Moisés e foram julgados por Deus; Nm 20.10-13, em que o próprio Moisés é julgado por desobedecer a ordem de Deus para falar à rocha e substituir aquela por seu próprio procedimento;<sup>9</sup> 1Sm 13.8-14, onde Saul desobedece à ordem de Deus concernente ao sacrifício (v. 13); 1 Crônicas 13 e 15 (sobretudo 15.13), onde Israel viola o mandamento de Deus de que somente os levitas devem transportar a arca.

Tais passagens não suscitam problema algum para a tese que estou sustentando. Enfaticamente concordo que os mandamentos devem ser sempre obedecidos, seja no culto, seja em qualquer outra área da vida. Esses jamais devem ser substituídos ou mudados por iniciativa humana, pois nunca devemos acrescentar a ou subtrair algo à palavra de Deus (Dt 4.2; 12.32; Pv 30.6; Ap 22.18,19). Nenhuma dessas passagens sugere que haja alguma coisa singular acerca do culto em sua maneira de regulação divina.

(2) O segundo grupo de passagens consiste de condenações bíblicas à idolatria sob o fundamento de que os ídolos são o resultado da iniciativa humana: Êx 20.4; Dt 4.28; At 7.41. Repare especialmente na sátira mordaz que Isaías faz da idolatria baseado no fato de que os ídolos são impotentes sem o auxílio do engenho humano, 40.18ss; 44.12ss. Também entendo dessa forma a referência de Paulo ao “culto de si mesmo” em Cl 2.22s, ARA. Tais passagens igualmente se ajustam bem na posição que estou defendendo. Pois mais uma vez elas nos dizem para adorar, não segundo a nossa própria palavra, mas segundo a palavra de Deus.

(3) Entretanto, há um terceiro grupo de passagens que suscita algumas questões. Alguns têm sugerido que essas passagens requerem *explícita e específica* garantia divina para práticas de culto, em vez do método da “boa e necessária consequência” da *CFW* e de minha argumentação precedente. Uma dessas passagens é Êx 25.40, NVI, em que Deus diz a Moisés para fazer o

<sup>9</sup> Não estou certo se essa passagem trata do culto no sentido estrito, mas ela é frequentemente usada para comprovar o princípio regulador, de modo que eu a incluo. Com certeza, Moisés está se colocando de pé perante o povo na presença de Deus, trazendo bênção àquele (água) por meio de um símbolo do próprio Deus (a rocha). Assim, há pelo menos alguns elementos de culto aqui.

tabernáculo “segundo o modelo que lhe foi mostrado no monte”. Isso exige que tudo seja feito de acordo com uma revelação divina *explícita*? Eu diria que não. Com certeza, no ponto de vista mais largo que apresentei seria apropriado dizer que o culto (e tudo o mais da vida!) deve ser realizado em consonância com o padrão divinamente revelado. Inquestionavelmente, devemos lembrar que no contexto de Êxodo 25-30 *há* um mui específico corpo de instrução respeitante ao tabernáculo e ao sacerdócio. Assim, se alguém insistir em relacionar 25.40 com um padrão específico e explícito, ele o pode fazer de forma plausível, pois que há precisamente um tal padrão detalhado diante de Moisés nesse contexto. Mas não há semelhante padrão específico e detalhado (e.g., um "Manual de Culto") para outras formas de culto nas Escrituras.

Além do culto do tabernáculo/templo, existe outro procedimento de culto no AT. Nos sábados e nos dias de festas, Deus ordenava ao povo que fizesse “santas convocações” ou “assembleias” (Êx 12.16; Lv 23.2ss, 7s, 21, 24, 27, 35ss; Nm 28.18, 25s; 29.1, 7, 12). Sabemos muito pouco sobre o que era feito em tais convocações. Seguramente não há revelação alguma sobre elas comparáveis aos ensinamentos detalhados sobre o tabernáculo, os sacrifícios e o sacerdócio.

No tocante ao culto tabernáculo/sacerdócio, podemos dizer, PR1 podia ter sido aplicado quase sem a nossa primeira ressalva (“boa e necessária consequência”). Para esse tipo de culto, Deus deveras forneceu um livro detalhado de mandamentos, uma espécie de Manual de Culto. Quase tudo que Deus exigia poderia ser simplesmente consultado em tal livro. (Eu digo “quase”, pois que nenhum conjunto de regras escrito antecipa explicitamente toda eventualidade.) Mas, com respeito às “santas convocações”, quase não há revelação específica alguma. Devia o povo ler a lei em semelhantes ocasiões? cantar salmos? assistir aos sacerdotes efetuar os sacrifícios? Ouvir ensino? Pelo que se vê, Deus deixou tais matérias nas mãos dos líderes religiosos, como aqueles designados para aplicar os mandamentos mais amplos da palavra.

Esse sistema de santas convocações, suponho, foi o predecessor do culto da sinagoga. A aprovação de tal sistema pode ser verificada pela frequência regular de Jesus à sinagoga (Lc 4.16) e pela clara decisão da igreja primitiva de, em algum grau, seguir o modelo da sinagoga em seu próprio culto. Porém, isso é culto sem um Manual divinamente revelado. É culto que meramente aplica os princípios gerais da palavra a várias circunstâncias humanas.

Com relação a isso, outras passagens debatidas são Lv 10.1s, em que Nadabe e Abiú, filhos de Arão, são julgados por Deus por oferecerem “fogo não autorizado” (NIV) diante do Senhor, e Jr 7.31, em que Deus condena aqueles que queimam os próprios filhos no fogo, “o que nunca ordenei, nem me subiu ao coração”. Lv 10.1s deve ser entendido como dizendo respeito especificamente aos regulamentos tabernáculo/sacerdócio em que os deveres dos sacerdotes são exaustivamente especificados. Nadabe e Abiú estavam adicionando coisa a tal revelação, e a presunção deles é condenada. Jr 7.31, penso eu, não presume a existência de um “Manual” cobrindo todo culto em que uma ordem para queimar crianças calhe de estar faltando. Claramente a atividade em questão é uma óbvia violação do sexto mandamento e do próprio mandamento específico em Lv 18.21. Por que, então, a passagem se refere à *ausência* de um mandamento em vez de *violação* de um mandamento? Porque, julgo eu, essa linguagem reforça melhor o pensamento de que uma tal coisa não “subiu ao coração” de Deus. A ênfase é que semelhante atividade é totalmente contrária à santidade e equidade divinas. A questão de como Deus revelou a hediondez de tal comportamento não está em questão nesse versículo.

## 6. Conclusão

Reafirmo, portanto, o princípio regulador na forma PR1, embora negando que esse princípio para o culto seja de qualquer forma diferente do princípio pelo qual Deus governa outras áreas da vida humana. Para isso, devo reiterar as ressalvas da confissão sobre PR1 (e a terceira ressalva, que

advém da prática reformada); pois tais ressalvas inevitavelmente envolvem áreas da liberdade análogas àquelas que apreciamos à medida que aplicamos a palavra às outras áreas da vida.

Quais implicações essa discussão têm para a prática efetiva de culto? Ela serve de aviso contra a aplicação de PR1 de uma forma canhestra, tais como exigir textos de prova específicos para justificar práticas de culto. Tal sorte de abordagem canhestra tem sim algum precedente nas Escrituras; não é errado achar algo como tal abordagem em conexão com o culto tabernáculo/templo/sacrifício. Porém, em nenhum grau se trata de uma regra mais para o culto em geral do que para o restante da vida.

A abordagem deste artigo estimula ou desestimula quaisquer práticas específicas no culto, tais como o uso exclusivo de Salmos, uso de instrumentos, uso de teatro? Em si mesma minha abordagem não resolve nenhuma dessas questões. Penso que minhas “três ressalvas” tornam os argumentos pró-salmodia exclusiva e anti-instrumentos musicais muito menos óbvios do que parecem a algumas pessoas. Quanto ao teatro, a questão claramente não é “há um mandamento bíblico específico para se ter teatro no culto?”<sup>10</sup> Antes, a questão é, “o teatro é uma aplicação legítima dos mandamentos bíblicos para pregar a palavra?” O teatro é um “modo” de pregar ou uma alternativa a ele? Em minha própria opinião, é o primeiro caso, visto que a linguagem para a pregação no NT não me parece pressupor um *contraste* com o teatro.<sup>11</sup>

Minha abordagem não dá respostas automáticas a quaisquer dessas permanentes controvérsias, porém, ajuda-nos, penso eu, a perceber por que tais questões são difíceis e a não impingir a elas uma falsa simplicidade.

*Rev. John M. Frame (1939 —) é um notável filósofo americano e teólogo calvinista, graduado na Universidade Princeton (A.B.), no Seminário Teológico Westminster (B.D.), na Universidade Yale (M.A., M.Phil.) e na Faculdade Belhaven (D.D.) Atualmente, ocupa a cadeira J. D. Trimble de Teologia Sistemática e Filosofia no Seminário Teológico Reformado. Antes, foi docente do próprio Seminário Teológico Westminster e um dos membros fundadores do campus desse na Califórnia. É também escritor prolífico, tendo já escrito dez livros, contribuído para outros tantos e ainda autor de vários artigos eruditos. É um dos principais intérpretes e críticos do pensamento de Cornelius Van Til.*

*Salvo indicação em contrário, as citações bíblicas são oriundas da versão Almeida Corrigida Fiel.*

Tradução de Vanderson Moura da Silva.

[www.monergismo.com](http://www.monergismo.com)

[www.monergismo.net.br](http://www.monergismo.net.br)

<sup>10</sup> Não há nenhum mandamento bíblico específico, até onde posso saber, para se ter sermões no culto, ou mesmo para cantar com o livro de Salmos.

<sup>11</sup> Ver a distinção entre “contraste, variação e distribuição” em Vern S. Poythress, *Philosophy, Science and the Sovereignty of God* (Phillipsburg, NJ: Presbyterian and Reformed, 1976) 123.